

## Pornografia infantil e internet

Alexandre Pontieri\*

A proteção de crianças na internet conta com mais um aliado no campo legislativo: desde 25 de maio de 2000, a Assembleia das Nações Unidas adota o Protocolo Facultativo para a Convenção sobre os Direitos da Criança, referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil.

No Brasil, o Decreto 5.007, de 8 de março de 2004, promulgou o respectivo Protocolo (*DOU*, Seção I, 09/03/2004, p. 4).

Os Estados Partes mostraram-se *inquietos* com o aumento de várias violações às crianças como, por exemplo, tráfico internacional de crianças, prostituição e pornografia infantis.

No tocante ao aspecto da pornografia infantil, cabe destacar o motivo da *inquietação* mencionada pelos Estados Partes na introdução do Protocolo:

Inquietos com a crescente disponibilidade de pornografia infantil na internet e outros novos meios tecnológicos, e recordando a Conferência Internacional sobre o Combate à Pornografia Infantil na internet (Viena, 1999) e, em particular, as suas conclusões que apelam à criminalização mundial da produção, distribuição, exportação, transmissão, importação, posse intencional e publicidade da pornografia infantil, e sublinhando a importância de uma cooperação e parceria mais estreitas entre os Governos e a indústria da Internet.

O art. 2º do Protocolo traz a definição de pornografia infantil assim dispondo:

Art. 2º:

[...]

c) Pornografia infantil significa qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança no desempenho de atividades sexuais explícitas reais ou simuladas ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins predominantemente sexuais.

E no art. 3º trata da necessidade de abrangência com o fim de coibir tais atividades:

1 – Todos os Estados Partes deverão garantir que, no mínimo, os seguintes atos e atividades

sejam plenamente abrangidos pelo seu direito criminal ou penal, quer sejam cometidos em nível interno ou transnacional ou numa base individual ou organizada:

[...]

c) A produção, distribuição, difusão, importação, exportação, oferta, venda ou posse para os anteriores fins de pornografia infantil, conforme definida na alínea c) do art. 2º.

Neste ponto, acreditamos que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13/07/1990) vai de encontro com o preconizado pelo Protocolo quando disciplina em seu art. 241:

Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: (Redação dada pela Lei 11.829, de 2008.)

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei 11.829, de 2008.)

Parece-nos, em breve análise, que a legislação pátria mostra-se adequada ao que a ONU propugna para o combate à pornografia infantil na rede mundial de computadores.

Muito vem sendo feito no campo prático, seja pelas polícias, Ministérios Públicos, OAB, Poder Judiciário etc; mas que ainda não é suficiente para acabar definitivamente com mais esta mazela do mundo moderno envolvendo crianças.

O simples *clique* da internet pode abrir o mundo do conhecimento amplo, sem fronteiras, aproximando nações e pessoas, ou, pode servir de ferramenta para alimentar uma indústria doentia e podre que cresce e se multiplica com enorme velocidade e poder.

Neste momento o apelo que podemos fazer é para que todos os internautas do planeta – que abominam a exploração infantil e humana, se unam e denunciem qualquer página ou *site* que conheçam ou venham a conhecer que contenha material com pornografia infantil.

Denunciem a exploração infantil – em qualquer de suas formas.

\* Advogado em São Paulo/SP e Brasília/DF; Pós-Graduado em Direito Tributário pelo CPPG – Centro de Pesquisas e Pós-Graduação da UniFMU, em São Paulo; Pós-Graduado em Direito Penal pela ESMP-SP – Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo.